



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

REQUERIMENTO PARA ASSUNTOS DIVERSOS

Nome social (a ser preenchido pelo(a) requerente que se identifica como trans, travesti ou transexual, tendo em vista o disposto na Resolução CNJ n° 270/2018):

Nome civil: _____

Documento de Identidade (RG) n°: _____

Órgão expedidor: _____

CPF: _____ Matrícula: _____

Telefone(s) de contato com DDD: _____

E-mail: _____

ASSUNTOS

Inclusão de dependente(s) para atendimento no **Centro de Saúde**
(anexar documentos que comprovam a dependência)

Exclusão de dependente(s) para atendimento no **Centro de Saúde**
Nome(s): _____

Inclusão de dependente(s) para dedução do **Imposto de Renda**
(anexar documentos que comprovam a dependência)

Exclusão de dependente(s) para dedução do **Imposto de Renda**
Nome(s): _____

Isenção do Imposto de Renda: inciso XIV, do art. 6º, da Lei n° 7.713/1988, com a redação dada pela Lei n° 11.052/2004

Exoneração: arts. 58, I, 59, 60 e 61 da Lei n° 20.756/2020
A partir de ____/____/____.

Dispensa em virtude de casamento ou de união estável: art. 30, II, da Lei n° 20.756/2020
Período: ____/____/____ a ____/____/____

Dispensa em virtude de luto: art. 30, III, da Lei n° 20.756/2020
Período: ____/____/____ a ____/____/____

Licença à gestante e à(ao) adotante: arts. 147 a 152 da Lei n° 20.756/2020, art. 21, § 3º, do Decreto Judiciário n° 2.390/2013 (estagiárias) e Resolução CNJ n° 321/2020
Período: ____/____/____ a ____/____/____

Licença-paternidade: arts. 153 a 157 da Lei n° 20.756/2020, Resolução TJGO n° 144/2021 e Resolução CNJ n° 321/2020
Período: ____/____/____ a ____/____/____

Licença para tratar de interesses particulares: art. 163 da Lei n° 20.756/2020
Período: ____/____/____ a ____/____/____



REQUERIMENTO PARA ASSUNTOS DIVERSOS

Licença-prêmio: art. 37, parágrafo único, da Lei nº 17.663/2012, art. 4º, I, II e III da Lei nº 20.033/2018, arts. 279 e 290, *caput* e § 3º, da Lei nº 20.756/2020, Resolução TJGO nº 88/2018 e art. 8º, IX, da LC nº 173/2020

contagem em dobro

usufruto - período: ____/____/____ a ____/____/____

desaverbação para usufruto - nº do processo de averbação: _____

desistência – nº do processo anterior: _____

conversão em pecúnia (servidor(a) em atividade ocupante de cargo de provimento efetivo do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Goiás) – preencher os itens abaixo

1) Solicito que a conversão recaia sobre 1/3 2/3 3/3 da remuneração percebida na data da formalização do pedido.

2) Considerando que inexistente mais a limitação de pedido de pagamento do abono pecuniário de apenas 1 (um) período de licença-prêmio por exercício, deseja que a conversão recaia sobre quantos períodos aquisitivos de licença-prêmio não usufruída, tendo o(a) servidor(a) implementado mais de 1 (um)?

3) Possui mais de 10 anos de efetivo serviço em cargo efetivo do Poder Judiciário do Estado de Goiás?

Sim **Não**

4) Encontra-se em usufruto de licença para tratar de interesse particular ou cedido(a) para órgão ou entidade da administração direta ou indireta da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios?

Sim **Não**

5) Encontra-se em cumprimento de qualquer penalidade disciplinar? **Sim** **Não**

conversão em pecúnia em caso de aposentadoria (inativos)

Licença para tratamento de saúde: arts. 140 a 145 da Lei nº 20.756/2020, art. 14 da Lei nº 11.788/2008 (estagiários) e Decreto Judiciário nº 2.390/2013 (estagiários)

inicial **prorrogação** (nº do processo anterior: _____)

Período: ____/____/____ a ____/____/____

Licença por motivo de doença em pessoa da família: art. 146 da Lei nº 20.756/2020

inicial **prorrogação** (nº do processo anterior: _____)

Período: ____/____/____ a ____/____/____

Conversão de 1/3 (**um terço**) de férias em pecúnia: art. 5º da Lei nº 20.033/2018 e Resolução TJGO nº 88/2018

Indique o período aquisitivo mais antigo para fins de conversão de 1/3 (um terço) de férias em pecúnia: _____

Observações a serem feitas pelo(a) requerente, caso repute necessárias:

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) requerente: _____